

## FEMINIZAÇÃO DA POBREZA E A COVID-19: IMPACTOS NA VIDA DE TRABALHADORAS GOIANAS

*Eixo Temático 33 – Sobre as Múltiplas Violências contra Mulheres e o  
Feminicídio: Políticas Públicas de Prevenção e Enfrentamento.*

Josiane Cristina Souza Farias <sup>1</sup>  
Carmem Lúcia da Costa <sup>2</sup>

### RESUMO

O resumo apresenta resultados de pesquisa qualitativa/quantitativa realizada em projeto de Iniciação Científica na Universidade Federal de Catalão que investigou a ampliação feminina da pobreza e sua correlação com a vida das trabalhadoras goianas durante e pós a pandemia de COVID-19. A condição imposta pela pobreza configura uma variação das formas de violência que tende a precarizar a vida das mulheres em tempos de crise. O objetivo da pesquisa foi o de levantar dados que subsidiem a produção de políticas públicas comprometidas com a luta contra a desigualdade social e de gênero. A metodologia baseou-se em levantamento bibliográfico e em fontes secundárias como IBGE, PNAD, Ministério do Trabalho, da Saúde e no Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos. Também recorremos a fontes jornalísticas para auxiliar na compreensão da realidade do mundo do trabalho de mulheres durante e no pós pandemia de Covid-19.

**Palavras-chave:** Feminização da Pobreza; COVID-19; Trabalhadoras de Goiás; Gênero.

---

<sup>1</sup>Graduanda pelo Curso de Psicologia da Universidade Federal de Catalão - GO, [josianecristina94@yahoo.com.br](mailto:josianecristina94@yahoo.com.br);

<sup>2</sup>Professora do Curso de Geografia da Universidade Federal de Catalão - GO, [clcgeo@gmail.com](mailto:clcgeo@gmail.com).

## **Introdução/ Referencial teórico**

A fome é resposta da desigualdade social já presente em nossa sociedade capitalista, a qual prioriza arduamente a mercadoria acima do sujeito, a pandemia intensificou a atual desestabilidade econômica e política do país. O aumento da pobreza não afetou a todos de maneira igualitária, ela demarcou em especial a comunidade mais carente, sem renda básica, sem escolaridade, sem saneamento básico, mulheres, famílias negras chefiadas por mulheres, entre outros. Os grupos que antes estavam na linha da pobreza moveram-se para abaixo da linha da miséria durante este delicado período. Uma parcela destes grupos sobrevivem do antigo Bolsa Família (atual Auxílio Brasil) e de doações e outras formas de assistência. Algumas necessidades básicas do dia a dia tiveram aumento no custo, ao ponto de se tornarem inacessíveis para classe mais carentes, como o caso da energia elétrica, gás de cozinha; além disso, o valor dos combustíveis encareceu os principais mantimentos da mesa dos brasileiros, como a carne, tomate, óleo, arroz, feijão entre outros alimentos (MOURA, 2021).

Ao discutir violência contra as mulheres, nos voltamos para violência doméstica, psicológica, sexual ou física, no entanto, no sistema neoliberal ela se apresenta também como social e política, uma vez que o estado opera como uma gestão e não como política, não se compromete na luta contra a desigualdade social, econômica e trabalhista; negam assistência básica as mulheres, mercantilizam os seus direitos e a democracia. As mulheres por sua vez, são impulsionadas para os serviços de baixa remuneração e mendicância por ser delegado culturalmente e historicamente a elas os trabalhos associados aos cuidados, em especial de esferas privadas, fato que maquia a dominação por meritocracia gerando nelas a desumanização, lhes retira a dignidade, produz o sentimento de frustração, fracasso e culpa.

O pós pandemia carrega consigo uma enganosa sensação de esperança e segurança referente ao novo normal, ocultando assim, os danos causados por uma doença que ainda se mantém presente em nosso meio, faz parte da ferramenta do

sistema capitalista neoliberal invisibilizar a originalidade do problema. O agravamento da crise financeira e o aumento do desemprego decorrente da pandemia, forçou diversas mulheres chefes de famílias a viver na penúria, pela falta de renda suficiente para arcar com o aluguel e despesas básicas. Os moradores de rua, passaram a ter um novo perfil, são pessoas recém desempregadas, sem condição de pagar o aluguel, sem nenhuma rede de apoio ou política de acolhimento (MOURA, 2021). Vale destacar que boa parte das famílias de classe baixa são sustentadas por mulheres chefes de família, que sem uma renda básica sobrevivem com auxílios sociais como o atual Auxílio Brasil.

Levando em conta os fatos, o presente estudo se faz necessário, uma vez que a expansão da feminização a pobreza, decorrente o aumento do desemprego e da inflação no pós-pandemia é maquiado como novo normal pela sociedade capitalista, machista e neoliberal, é naturalizada a violência de origem social e política. Convertendo a falta de responsabilidades do estado em fracasso particular do sujeito, levando assim a reprovação moral, a desumanização, adoecimento mental e físico.

### **Metodologia**

Nos tempos de crise como o que vivenciamos durante a pandemia da COVID-19, o delicado contexto social do Brasil se agravou com o aumento da inflação e do desemprego. As que mais tiveram perdas foram as mulheres, em especial as negras e chefes de família, na maioria dos casos elas possuem filhos, são responsáveis pelos cuidados de um parente ou de um ente querido. Confirmando as falas de Davis (2016) de que elas são as mais vulneráveis. Seus corpos são violados ao serem expostos a condições de pobreza e miséria, adoecimento físico e mental. Não menos relevantes, as mulheres ainda carregam a sobrecarga por trabalharem em tempo integral, pois, as tarefas de cuidado são classificadas socialmente como atividades femininas.

Desta forma, este estudo de ordem qualitativa/quantitativa, tem por objetivo analisar os impactos da COVID-19 na vida de trabalhadoras de Goiás e a expansão da miséria entre mulheres. Para tal, primeiramente foi realizado o levantamento bibliográfico em autores que trabalham o conceito de mulheres, gênero e patriarcado, como Costa, Davis, Saffioti e Zanello. Bader Sawaia, por sua vez, fala sobre a relação da mulher com a desigualdade e exclusão; para discutir a pobreza como forma de

violência utilizamos os estudos de Martín-Baro. Em seguida foi investigado fontes secundárias como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), Ministério da Saúde, Ministério do trabalho, Ministério da economia, Ministério da Cidadania, Banco de Dados Estatísticos de Goiás (BDE), Fundação Getúlio Vargas (FGV), G1 e outras revistas jornalísticas.

### **Resultados e Discussão**

Em abril de 2022 o Ministro da Saúde Marcelo Queiroga anunciou em rede nacional que foram mais de 100 bilhões de reais destinados ao combate à pandemia. Sendo assim, o mesmo anunciou o fim nacional da emergência da Saúde Pública, desobrigando o distanciamento social e o uso de máscaras em lugares públicos. Ele finalizou sua fala alertando que esse ganho não significa o fim da COVID-19 e que a vigilância deve permanecer.

O decreto de distanciamento social, foi uma das “principais” iniciativas de prevenção ao coronavírus, e promoveu mudanças radicais na rotina dos brasileiros. Muitos se viram enclausurados em suas residências, mesclando o espaço privado com público, vida doméstica, familiar, trabalho remoto, isso para aqueles que tiveram o privilégio de manter seus empregos, suas fontes de renda e suas residências. Não foi o caso dos mais vulneráveis economicamente, como as mulheres, os pretos/as, pardos/as e idosos/as que foram os primeiros a sofrerem com a doença ou até mesmo a perderem suas vidas.

O instituto de Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD – Contínua 2021) destaca que o desemprego entre as mulheres chegou aos 18,5% em julho de 2021, enquanto entre os homens foi de 10,1%. Já no estado de Goiás no mesmo período tivemos 14,1% de mulheres desocupadas e 9,5% de homens. É notório a divisão sexual do trabalho que historicamente as inferioriza, além de tudo a inflação em 2022 chegou a 12,13%, sendo a maior porcentagem dos últimos 26 anos (G1, 2022), o que compromete ainda mais a sobrevivência.

A redução da renda é afetada diretamente pelo aumento da inflação e do desemprego. Até o fim de 2021 a renda entre a população mais carente ficou em média 172,00 reais. Com exceção do início de 2020, onde a renda média ficou entre os 154,00

reais, o período que sucedeu a pandemia teve o rendimento mais baixo em décadas. Os mais impactados neste quesito segundo a pesquisa da Fundação Getúlio Vargas (NERI, 2021) foram as mulheres (10,36%). Tal perda foi ainda maior entre as mulheres casadas (15,57%) e ainda sofreram com a sobrecarga da dupla jornada de trabalho e com os cuidados em casa.

No ano de 2020, entre os grupos de ocupados no quesito raça, os de cor branca ganhava 73,3% a mais que os de cor preta ou parda e os do gênero masculino recebia 28,1% a mais que as mulheres, o que reflete na desigualdade de rendimento, fato que as aproxima da informalidade. A desigualdade de gênero também aparece no salário, em 2020 elas recebiam em média 2.037 reais, eles 2.608 reais, não podemos deixar de destacar que as mulheres negras recebem menos ainda (1.764 reais).

A principal política desenvolvida pelo Governo Federal em combate a desigualdade social durante a pandemia foi o auxílio emergencial (transformado em auxílio Brasil no atual governo); também em Goiás, o Governo, por meio da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (SEDS), criou em agosto de 2021 o benefício “Mães de Goiás” no valor de 250 reais, destinados às mulheres com filhos de até seis anos de idade que se enquadram na condição de extrema pobreza. O objetivo da iniciativa é fomentar renda, segurança alimentar, garantindo assim o mínimo de dignidade e qualidade de vida (SEDS 2022).

Ao analisarmos os dados acima notamos que a violência pode se manifestar de diversas maneiras e é preciso ter o cuidado para que não se naturalize a pobreza que alcança em maior número as mulheres, em nome da manutenção econômica capitalista. De acordo com Martins & Lacerda (2014) a violência pode se mostrar também como meio de produção da desumanização, podendo diminuir a qualidade de vida e empobrecer as relações, em especial as de gênero que por sua vez, tendem a ser reproduções históricas e sociais da desvalorização e exclusão feminina.

A agravação da exposição à pobreza vivenciada por diversas brasileiras durante o período de pandemia e pós-pandemia, consiste nos modelos estruturais de violação, visto que, a miséria afeta primordialmente as mulheres. A violência ainda vai se modificando conforme o interesse dos opressores. Martín-Baró (1985/2012, apud, MARTINS & LACERDA, 2014 p. 576) destaca que “a violência é um produto das

relações sociais de uma dada sociedade que expressa e canaliza forças e interesses sociais concretos em um marco estrutural que é determinado por conflitos de classes [...] a violência é definida como o uso de força”.

### **Considerações finais**

O sofrimento causado devido ao aumento do desemprego e da inflação em tempos de pandemia, retira das mulheres o controle sobre a própria vida, gera sentimento de culpa, sofrimento e impotência. Mesmo que se tenha implantado o auxílio emergencial como estratégia de combate à fome neste período, não foi possível assistir a todos. Além do mais, as legislações que outrora foram desenvolvidas para diminuir a desigualdade trabalhista, se apresentam como direitos positivados antes e durante a crise, mas nem sempre efetivos na prática.

Estar inserido ativamente no mercado de trabalho significa muito mais que sanar as necessidades básicas, contribui na construção da identidade, cada vez que o desemprego se faz presente fragiliza a subjetividade do sujeito levando até mesmo ao adoecimento do corpo, sem falar no impedimento de acesso a bens materiais para a manutenção da vida com qualidade ainda há o estigma de desocupado, preguiçoso, incapaz que marcam estas pessoas. A miséria expande-se por todo o país e coloca mulheres e crianças em condições precárias, privadas do direito à vida digna, ao emprego e ao espaço na cidade e no campo.

### **Referências**

A fome e a seca no interior do Brasil. **Café da manhã** [Locução de]: Renata Moura. Spotify, 08 de dezembro de 2021. Podcast. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/7Bhgd40zl5OIs67oP0DhKA?si=ac56215182b3497c>. Acesso em: 10 de dezembro de 2021.

BRASIL tem a maior inflação dos últimos 26 anos em um mês de abril. **Portal Nacional – G1**, 2022. Disponível em: [Brasil tem a maior inflação dos últimos 26 anos em um mês de abril | Jornal Nacional | G1 \(globo.com\)](https://g1.globo.com/brasil/noticia/brasil-tem-a-maior-inflacao-dos-ultimos-26-anos-em-um-mes-de-abril-jornal-nacional-g1-globo.com). Acessado em: 12 de maio de 2022

DAVIS, Ângela. Mulheres, raça e classe. São Paulo: Boitempo, 2016.

GOVERNO do Estado antecipa pagamento do Mães de Goiás no mês de maio. **Desenvolvimento Social – SEDS**, Governo do Estado de Goiás, 2022. Disponível em: [Governo do Estado antecipa pagamento do Mães de Goiás no mês de maio - Desenvolvimento Social](#). Acessado em: 18 de março de 2022.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua (PNAD Contínua)**, 2020. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, out. 2020. Disponível em: [Tabela 4093: Pessoas de 14 anos ou mais de idade, total, na força de trabalho, ocupadas, desocupadas, fora da força de trabalho, e respectivas taxas e níveis, por sexo \(ibge.gov.br\)](#). Acesso em: 27 de abril de 2021.

MARTINS, Karina Oliveira; LACERDA JR, Fernando. A contribuição de Martín-Baró para o estudo da violência: uma apresentação. **Rev. psicol. política**. SP, v. 14, n. 31, p. 569-589.

NERI, Marcelo C. “Desigualdade de Impactos Trabalhistas na Pandemia”. **FGV Social**, Rio de Janeiro, setembro de 2021. Disponível em: <https://cps.fgv.br/DesigualdadePandemia>. Acessado em: 29 de dezembro de 2021.

PNAD Contínua - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. **IBGE**, 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?edicao=30362&t=series-historicas>. Acessado em: 27 de dezembro de 2021.

SÍNTESE de indicadores Sociais: Uma análise das condições de vida da população brasileira 2021. **IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais**. - Rio de Janeiro: IBGE, 2021. Disponível em: [\\*liv101892.pdf \(ibge.gov.br\)](#). Acessado em: 09 de dezembro de 2021.

VACINAÇÃO contra a Covid: 65,39% da população está totalmente imunizada. **G1**, Coronavírus, São Paulo, 12 de dez. de 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/saude/coronavirus/vacinas/noticia/2021/12/12/vacinacao-contr-a-covid-6539percent-da-populacao-esta-totalmente-imunizada.ghtml>  
Acessado em: 20 de dez. de 2021.



# VIII Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade

IV Seminário Internacional  
Corpo, Gênero e Sexualidade

IV Luso-Brasileiro Educação  
em Sexualidade, Gênero,  
Saúde e Sustentabilidade

